



SP LEGAL HACKERS

# PROTEÇÃO DE DADOS NA AMÉRICA LATINA

Relatório de Pesquisa - 2018

SP Legal Hackers

Por Ana Carolina Rodrigues  
e Juliana Novaes

# FICHA TÉCNICA

## Texto e Revisão

Ana Carolina Rodrigues  
Juliana Novaes

## Equipe SP Legal Hackers

Ana Carolina Rodrigues  
Caio Oliveira  
Camila Rioja  
Danilo Braga  
Enrico Roberto  
Ítalo Cunha  
Juliana Novaes  
Paulo Silva  
Sofia Marshallowitz  
Victor Maranhão

## Colaboradores

Andrés Jara Baader  
Cristina Morales  
Daniela Macias  
Eduardo Tomé  
Elizabeth Cornejo Espilco  
Federico Hormaechea  
Gaspar Pisanu  
Gaston Salort  
Guillermo Navarro  
Jeizon Quintero Rojas  
Kalilú  
Karina Medinaceli  
Lito Ibarra  
Nádia Vazquez  
Natasha Arrieche  
Roberto Massa  
Verónica Arroyo  
Wilmer Sarango

# **AGRADECIMENTO**

O SP Legal Hackers agradece a todos aqueles que contribuíram com a coleta de dados para realização desta pesquisa e que auxiliaram, de alguma forma, na formulação deste relatório.

# QUEM SOMOS?

O Legal Hackers é um movimento global de advogados, policymakers, técnicos e acadêmicos que buscam promover a exploração e o desenvolvimento de soluções criativas para questões que envolvam o direito e as novas tecnologias.

Por meio de encontros locais, hackathons e oficinas, a comunidade Legal Hackers identifica oportunidades de incidência da tecnologia no mundo jurídico.

O capítulo paulistano foi criado em outubro de 2017 e seus organizadores acreditam que podem contribuir e estimular discussões qualificadas sobre esses temas, unindo profissionais e estudiosos de diferentes áreas do conhecimento para debater conflitos tecnológicos que afetam o cotidiano do sistema jurídico.

# O PROJETO

O Projeto “Proteção de Dados Pessoais na América Latina” é resultado de uma iniciativa dos membros do São Paulo Legal Hackers que visou identificar, por meio de um formulário online e relatórios produzidos por outras organizações da região, o estado da arte de proteção de dados em países da região latino-americana, com foco nas disposições legais sobre o tratamento pelo Poder Público.

O objetivo norteador do projeto é a produção de infográficos e textos que podem auxiliar na prática jurídica e acadêmica de indivíduos envolvidos com a temática de privacidade e proteção de dados, além de fomentar discussões sobre o tema em âmbito regional e local.

Por outro lado, este relatório se propõe a ser um simples panorama geral do assunto na região, não se tratando de uma pesquisa exaustiva ou com intenções de apresentar todas as nuances presentes na temática. Limita-se, inclusive, à coleta de dados apresentada no item a seguir e a complementação com documentos já existentes.

O relatório desta pesquisa foi apresentado no VIII Fórum da Internet no Brasil, em 2018, em um painel sobre proteção de dados na administração pública, e ficará disponível gratuitamente para todos que tenham interesse em acessá-lo nas redes do capítulo paulistano do Legal Hackers.

# **METODOLOGIA**

A pesquisa teve como base a circulação de um formulário, em redes latino-americanas de tecnologia e governança das redes, em que constavam algumas perguntas relativas à existência de legislações e autoridades de proteção de dados no país, bem como à aplicabilidade da lei nas atividades do setor público.

Além disso, os entrevistados foram convidados a informar sobre a existência de casos envolvendo tratamento de dados pelo Poder Público, os quais foram compilados nos relatórios relativos a cada país.

Foram analisados os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras , México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela.

**Foram levantadas  
informações  
sobre **17** países.**

**Desses, **10** possuem  
leis gerais de proteção  
dos dados pessoais.**

## Argentina



Lei n° 25.326/2000

## Bolívia



Não possui

## Brasil



Lei n° 13.709/2018

## Chile



Lei n° 1.581/2001

## Colômbia



Lei n° 25.326/2000

## Costa Rica



Lei n° 8.968/2011

## El Salvador



Não possui

## Equador



Possui PL

## Guatemala



PL n° 4.090/2009

## Honduras



Possui  
Anteprojeto de  
Lei

## México



LFPDPPP

## Nicarágua



Lei n° 787/2011



**Panamá**



PL n° 463/2017

**Paraguai**



Lei n° 1.682/2001

**Perú**



Lei n° 29.733/2011

**Uruguai**



Lei n° 18.331/2008

**Venezuela**



Não Possui

**Países que possuem lei geral  
de proteção de dados:  
Argentina, Brasil, Chile,  
Colômbia, Costa Rica, México,  
Nicarágua, Paraguai, Perú e  
Uruguai.**

**Autoridade de Proteção de Dados: dos 17 países analisados, 06 possuem uma autoridade responsável pela proteção de dados.**

**No entanto, a maioria dessas autoridades não se orientam por um modelo multiparticipativo e multistakeholder. Em geral, são órgãos governamentais ou órgãos de justiça.**

**Argentina, México e Uruguai estão em processo de adequação à Convenção 108 para ser parte do Conselho Europeu, organização intergovernamental pelos direitos humanos. Para ingressar como observador do Conselho, o Brasil depende da criação da ANPD.**



# AUTORIDADES DE PROTEÇÃO DE DADOS

**Argentina** - Dirección Nac. de Prot. de DP de la Agencia de Acceso a la Información Pública

Bolívia - Não se aplica (a Constituição prevê tutela jurisdicional)

Brasil - Pendente de criação (prevista em Lei)

**Colômbia** - Superintendencia de Industria y Comercio

Costa Rica - Não possui

**Chile** - Agencia de Protección de Datos Personales

El Salvador - Não se aplica

Equador - Não se aplica

Guatemala - Não se aplica

Honduras - Não se aplica

**México** - Instituto Nac. de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales

Nicarágua - Dirección de Protección de DP (prevista em Lei, mas pendente de criação)

Panamá - Não se aplica

Paraguai - Não possui (a Lei prevê apenas a tutela jurisdicional)

**Perú** - Autoridad Nac. de Transparencia, Acceso a la Información Pública y Protección de DP

**Uruguai** - Unidad Reguladora y de Control de Datos Personales

Venezuela - Não se aplica



**Apresentação:**  
Ana Carolina Rodrigues  
e Juliana Novaes

**Conheça o Legal Hackers:**  
[legalhackers.org](http://legalhackers.org)